

# A influência da forma da cidade na saúde pública

José BAGANHA<sup>1</sup>; Rui FLORENTINO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>INTBAU Portugal; <sup>2</sup>CESUR-IST

Contato de email: [zebaganha@sapo.pt](mailto:zebaganha@sapo.pt) (Autor correspondente)

---

**Palavras-chave:** Forma da Cidade, Saúde Pública, Regeneração Urbana

## Introdução

Esta apresentação diz respeito a um trabalho de investigação em curso sobre a temática da relação entre a cidade e a saúde que está a ser conduzido por uma equipa multidisciplinar, integrando, para além dos autores deste artigo, também o Dr. José Luis Biscaia, médico de família, e a Prof.<sup>a</sup> Paula Santana, coordenadora do gabinete de estudos em Geografia da Saúde da Universidade de Coimbra.

Esta equipa propôs redesenvolver pesquisas sobre o tema da influência que as diferentes formas de “fazer cidade” poderão exercer na saúde pública.

Tratando-se de matéria pluridisciplinar, pretende-se cruzar informação de trabalhos em diversas áreas de conhecimento, retirando ilações através da comparação de dados estatísticos e casos de estudo. O âmbito geográfico é o território nacional continental, embora se tenha alargado a investigação a outras regiões e analisado também os modelos que, pela sua excelência, constituam referências a adotar, beneficiando assim de um maior leque de dados e casos de estudo.

A leitura do estado da arte sobre este tema demonstra que o conceito de desenvolvimento sustentável colocou relevantes desafios à investigação sobre as cidades, sendo hoje consensual que a progressiva urbanização do território resultou em impactos relevantes para a saúde da população. As boas práticas identificadas, já em curso em alguns países, trazem um sinal de esperança e de prova de que, apesar da inevitabilidade do crescimento das áreas urbanas, existem modelos mais adequados para o meio ambiente e assim, também, para a saúde pública.

## Objetivos

A pergunta inicial deste projeto de investigação é se o urbanismo pode melhorar a saúde pública. Reconhecendo-se que um melhor planeamento urbano deverá contribuir para comunidades mais saudáveis, este trabalho visa relacionar a forma de organização das cidades com os níveis de saúde dos cidadãos.

Pretende-se demonstrar, através de casos concretos e dados recolhidos e devidamente comparados, quais as “boas práticas” - ou aquelas que são mais eficazes - em matéria de urbanismo e planeamento territorial, no que diz respeito à sua influência na saúde das populações. Trata-se pois de um objetivo claramente operativo, de apresentar dados que possam conduzir a melhores práticas na formalização das cidades.

## Metodologia

A análise do conhecimento disponível, entre as diferentes experiências específicas de êxito reconhecido em matéria de regeneração urbana ou de criação de novas áreas de cidade, implica a comparação e um cruzamento de dados, por forma a proporcionar o adequado enquadramento histórico/científico e permitindo uma melhor compreensão dos resultados, que se apresentarão assim de uma forma mais fundamentada. Esta metodologia passa portanto pela análise de diferentes cidades e dos indicadores de saúde pública, dos modelos urbanos e das formas existentes nos nossos dias, observando-se as respetivas tendências de evolução.

Para além de um breve “retrato” das capitais de distrito a este nível, o projeto visa aprofundar, em especial, a situação dos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Neste âmbito, iniciou-se já a recolha de informação, utilizando sistemas de informação geográfica para o tratamento e a apresentação de dados, e houve disponibilidade de parcerias internacionais. Identificaram-se neste domínio o caso de *Plessis Robinson*, no Sul de Paris, o “*Centre for Sustainable Communities*”, da Universidade de Hertfordshire, e o bairro de “*New Poundbury*”, em Dorchester, no Reino Unido, entre outros.

## Resultados

Verifica-se, na generalidade dos casos já analisados, que o planeamento urbano e territorial não teve em consideração, ou não teve a capacidade de prever, os aspetos mais negativos sobre a saúde pública, dos modelos que foram desenvolvidos, tendo os principais problemas surgido de práticas comprovadamente erradas de expansão dos núcleos urbanos consolidados, em formas de dispersão, monofuncionais, sem contextualização cultural ou sem olhar à identidade dos locais o que, em conjugação com fenómenos de natureza especulativa, provocou o

consequente esvaziamento dos centros e efeitos verdadeiramente desastrosos no meio ambiente e, também, em sequência, na saúde das populações.

Estes modelos estão hoje genericamente identificados, reconhecem-se os seus erros, embora não estejam dissipadas as práticas que conduziram e conduzem ainda hoje a tamanho desastre - de proporções verdadeiramente preocupantes para o futuro, para as gerações vindouras - quer na prática do planeamento, quer ainda, principalmente, na legislação e nos currícula dos respetivos cursos de ensino superior. Continuamos a idolatrar modelos abstratos de grande efeito mediático, que beneficiam apenas egos e contas bancárias de especuladores.

Estão também identificados os principais problemas no âmbito da saúde pública: segregação, poluição, isolamento, solidão, angústia, «stress», má nutrição, revolta, sedentarismo, crescimento verdadeiramente assustador de doenças como o cancro, depressão, diabetes, diminuição da resistência a agentes bacteriológicos e tantas outras, onde é possível estabelecer uma relação direta entre causa e efeito.

Se na Europa e em algumas áreas urbanas se assiste a uma mudança de estado de coisas, lenta, é certo, mas com efeitos positivos que começam a “criar raízes” e a servir de exemplo para mais e melhores práticas, com o advento de movimentos como o “Renascimento Urbano”, em muitas outras regiões do mundo - principalmente nas “economias emergentes”, os erros repetem-se e a rapidez com que este fenómeno acontece ultrapassa tudo o que é possível imaginar. Não se consegue também prever a dimensão (que será, seguramente, astronómica) dos problemas que tais práticas poderão vir a originar na saúde das populações desses países e, fatalmente, noutras regiões mais distantes que, com a facilidade de viajar que certamente se manterá, não deixarão de ser afetadas.

No contexto europeu, os bons exemplos que revelaram a possibilidade de criação de ambientes urbanos mais saudáveis e a consequente melhoria da qualidade de vida dos cidadãos têm sido reconhecidos por múltiplas organizações. Destaco aqui, até porque são as que me são mais próximas, a *Prince's Foundation for Building Community*, a *Fondation Philippe Rotthier pour l'Architecture* e o *Council for European Urbanism*, sendo um dos casos mais notáveis neste contexto, a regeneração promovida pelo município de Plessis Robinson, na periferia de Paris.

## Conclusões

No âmbito de um projeto de investigação mais alargado, as conclusões obtidas até ao momento, que este documento resumiu, são principalmente devedoras de trabalhos anteriores publicados pelos autores. A contribuição da análise dos indicadores de saúde das comunidades urbanas objeto de

estudo será então essencial para demonstrar a procurada relação entre as diferentes formas de cidade e os níveis de saúde pública.

Esta limitação, que revela o trabalho elaborado até ao momento, não impediu contudo que se tenha desde já detetado que de modelos urbanos expansionistas e de crescimento ilimitado resultam efeitos nocivos para a saúde dos seus habitantes. Ao contrário, as formas urbanas tradicionais e mais compactas, de densidades médias, que estimulam a economia local e favorecem a interação social, são adequadas para melhorar a qualidade de vida e a saúde dos cidadãos.

Com efeito, um novo conceito de “*Health in All Policies*”, que surgiu na Europa durante a Presidência Finlandesa da Comunidade Europeia (2006), tem vindo a incentivar o estudo do desenho urbano e da forma da cidade como factores determinantes para a formação de comunidades saudáveis. Nesse sentido, reconhece-se cada vez mais a influência do estilo de vida no nosso estado de saúde, motivando a alteração de enquadramento urbano e na maneira como construímos a cidade.

## Referências

- [1] **Baganha, J.** (ed.) (2006), *The teaching of Architecture and Urbanism in the age of globalization*, Caleidoscópio, Casal de Cambra.
- [2] **Culot, M.** (org.) (2013), *Alter Arquitectura*, Edições 70, Lisboa.
- [3] **Florentino, R.** (2010), *Planeamento Urbano e Desenho Urbano*, in F. Nunes da Silva (coord.), *Métodos e Técnicas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável*, Parque Expo, Lisboa.
- [4] **Hass, T.** (2008), *New Urbanism and Beyond - Designing cities for the future*, Ed. Rizzoli, New York.
- [5] **Jacobs, J.** (1961), *The death and life of great American cities*, Random House, New York.
- [6] **Santana, P.** (coord.) (2007), *A Cidade e a Saúde*, Almedina, Coimbra.
- [7] **Sassi, P.** (2006), *Strategies for Sustainable Architecture*, Ed. Taylor & Francis, New York.